

# CIP e UGT incentivam acordo sobre evolução de todos os salários

**O ministro Vieira da Silva sugeriu que os acordos sobre o salário mínimo passem a fixar referências para a evolução dos outros salários, como acontece noutros países europeus. A ideia foi bem recebida pela CIP e pela UGT.**

**CATARINA ALMEIDA PEREIRA**  
catarinapereira@negocios.pt

A Confederação Empresarial (CIP) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) veem com bons olhos a sugestão de Vieira da Silva para que os acordos de concertação social sobre a evolução do salário mínimo nacional também estabeleçam referências para a evolução dos restantes salários da economia.

A ideia foi lançada por Vieira da Silva, que já assumiu que na próxima legislatura não será ministro do Trabalho, num evento organizado pelo Governo a pretexto dos 45 anos do salário mínimo nacional, num dia marcado pela tensão em torno das negociações dos motoristas de matérias perigosas, que ameaçam voltar a parar o país se não conseguirem aumentos do salário-base de cem euros por ano, até 2022.

“Via como muito vantajoso que a evolução do salário mínimo fosse associada a um acordo sobre um aumento dos salários”, disse, acrescentando que há várias formas de o fazer. “Pode ser ano a ano, mas aquilo que outros países fazem é fixar um objetivo de médio prazo para a evolução de rendimentos, e depois uma monitorização anual para ver se é preciso fazer alguma correção”.

Porquê? “Porque a páginas tantas estamos a criar riscos efetivos de fratura do ponto de vista dos comportamentos na formação dos rendimentos, que felizmente nestes quatro anos não aconteceram”, justificou, na sua intervenção pública.

“Parece-me uma ideia que se deveria trabalhar”, refere António Saraiva, presidente da CIP. “Sou defensor que os acordos de concerta-



Pedro Catarino

O ministro do Trabalho falou ontem no final da apresentação do estudo sobre o salário mínimo.

ção social deveriam ser mais amplos e ambiciosos”, acrescenta. O objetivo é “haver referenciais e termos qualquer coisa objetiva com que trabalhar”, uma política salarial “assente em indicadores mensuráveis”, em vez de deixar a decisão “ao livre arbítrio da situação política, das maiorias parlamentares, sejam de

## 5%

### AUMENTO SALARIAL

Foi o aumento médio salarial bruto entre outubro e abril de quem não mudou de emprego e ganhava entre 557 euros e menos de 600.

esquerda ou de direita”.

Sérgio Monte, da UGT também se mostra favorável à ideia que, segundo revela, foi deixada pelo ministro da última reunião de concertação social. “Estamos de acordo. Se formos revisitar o passado, nos anos oitenta e noventa, os principais acordos de concertação eram os acordos de política de rendimentos e preços. Praticamente todas as metas foram atingidas: a inflação foi controlada, o desemprego e o referencial da negociação coletiva não fugia daquele referencial”, refere.

Pode uma negociação idêntica, no novo contexto da Zona Euro, acabar por resultar na compressão de salários? Sérgio Monte considera que, pelo contrário, “pode ajudar a atenuar essa compressão. O salário mínimo deve ter sempre um aumento superior à inflação mais produtividade, tendo em conta o seu ca-

ráter social, e depois, para definirmos a política de rendimentos, a concertação deve definir um referencial” de aumentos salariais “abaixo do qual não poderia haver acordos de contratação coletiva”.

Apesar do balanço claramente positivo que o Governo fez dos últimos quatro anos de aumento do sa-

## 1,5%

### AUMENTO SALARIAL

Foi o aumento médio salarial bruto entre outubro e abril de quem não mudou de emprego e ganha acima de 2.500 euros.

“

**Sou defensor que os acordos de concertação social devam ser mais amplos e ambiciosos.**

**ANTÓNIO SARAIVA**  
Presidente da CIP

**Estamos de acordo. Nos anos oitenta a noventa, os principais acordos eram os de rendimentos e preços.**

**SÉRGIO MONTE**  
Secretário-Geral Adjunto da UGT

”

lário mínimo nacional – que subiu 19%, para 600 euros, numa subida real de 14% que está, ainda assim, a meio da tabela da União Europeia – Vieira da Silva não se quis comprometer com uma nova meta de aumento. Disse apenas que a subida deve ficar acima da inflação e dos ganhos de produtividade.

Os dados apresentados no relatório do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) revelam que entre outubro de 2018 e abril de 2019 os aumentos das pessoas que ficaram no mesmo posto de trabalho foram tanto menores como maior o escalão de rendimento: a variação foi de 5%, em termos brutos, no escalão abaixo dos 600 euros (que passou a estar abrangido pelo salário mínimo), de 3,3% no seguinte (mais de 600 e menos de 900 euros) e de 1,5% acima dos 2.500 euros brutos. ■